

ANC - CPEC
X

9 SET 1986

FOLHA DE S. PAULO

Assemb Const - Comissão Provisória

Prado diverge da Comissão mas não sairá

Da Reportagem Local

O ex-secretário-geral da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, professor Ney Prado, 56, disse ontem, em São Paulo, que o anteprojeto de Constituição elaborado pelo grupo "é um trabalho valioso como instrumento de mobilização da opinião pública para os debates sobre a futura Constituinte". Negando que tivesse tido a intenção de ferir pessoas com as críticas feitas no artigo escrito para a revista "Manchete", na semana passada, Prado disse que diverge do "trabalho como um todo", mas afirma que não deixará a comissão: "Fui nomeado pelo presidente da República", declarou.

Ele disse que foi procurado pelo presidente da comissão, Afonso Arinos de Melo Franco, que lhe comunicou a reação negativa dos demais membros do grupo ao seu artigo.



Segundo o professor, a secretaria geral da comissão acabou com o fim dos trabalhos. O acervo e toda a sua documentação ficarão sob os cuidados do coronel Alencar Araripe, assessor do professor Afonso Arinos.

Prado afirmou que há contribuições importantes no anteprojeto, como a organização do sistema federativo e do Poder Judiciário. Mas, em sua opinião, o anteprojeto é longo demais. "A rigor — explicou — tudo ali é previsto. Não precisa detalhar tanto". Como exemplo do tamanho do trabalho, ele lembrou que o anteprojeto tem mais de quinhentos artigos.

"Aspecto socializante"

O professor disse que é contra alguns aspectos relativos à ordem econômica e social, incluídos no anteprojeto. "Uma série de propostas — disse — não levou em conta os meios para sua materialização". Segundo ele, ao aprovar o amplo direito de greve, os membros da comissão deixaram de levar em

conta que nenhum país o deixou sem limites.

Prado criticou o que chamou de "aspecto socializante" do anteprojeto, que confere ao Estado o poder de desapropriar imóveis rurais, mesmo que sejam produtivos. Segundo ele, há ainda itens que revelam preconceitos e casuísmos. Para o professor, o casuismo está presente no excessivo detalhamento, como no artigo que determina a manutenção da Sudene e outros órgãos regionais de desenvolvimento. O preconceito estaria na preocupação que os membros da comissão tiveram "mais com o passado recente do que com o futuro". Prado explicou que algumas determinações foram incluídas no anteprojeto por receio de que o Congresso não as incluísse na legislação ordinária.

O professor disse ainda que os membros da comissão "tinham verdadeiro horror da expressão segurança nacional". Assim, segundo ele, o Conselho de Segurança Nacional foi substituído pelo Conselho de Defesa Nacional.

e
s
n
e
v
C
d
C
2
n
d
C
a
C
d
C
s